

COLETIVO JORNALISTAS LIVRES: a independência afirmada no cotidiano

FREE JOURNALISTS COLLECTIVE: independence affirmed in everyday life

PERIODISTA COLECTIVO LIBRE: independencia afirmada en la vida cotidiana

Adilson Vaz Cabral Filho

Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo - UMESP, com pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Carlos III de Madrid. Professor do Curso de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense - UFF, coordenador do grupo de pesquisa EMERGE - Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência. Niterói-RJ. acabral@comunicacao.pro.br.

 0000-0001-8132-6675

Jaqueline Suarez Bastos

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense - UFF. suarez.jaque@gmail.com.

 0000-0002-5566-1709

Correspondência: Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Gerais, Instituto de Artes e Comunicação Social. Rua Professor Lara Vilella, 126 São Domingo - 24210590. Niterói, RJ - Brasil.

Recebido em: 17.06.2020.

Aceito em: 26.08.2020.

Publicado em: 01.10.2020.

RESUMO:

Este artigo aborda a mídia independente após as manifestações de 2013 no Brasil, tomando como objeto de análise a noção de independência construída pelo coletivo Jornalistas Livres em seu cotidiano, entendido aqui como central para a (re)produção e transformação das estruturas sociais, a fim de compreender como a comunicação se inscreve na conquista, manutenção e disputa da hegemonia. Compreende-se aqui que uma mídia independente não é única, assumindo, pelo contrário, significados diferentes em variados contextos. Nosso objetivo é tencionar a ideia de independência, discutindo potencialidades e limitações às iniciativas que operam sob essa lógica. Ancorados em uma perspectiva crítica e dialética, estabelecemos como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica, o levantamento documental e a análise de discurso.

PALAVRAS-CHAVES: Mídia independente; Cotidiano; Jornalistas livres; Contra-hegemonia; Comunicação alternativa.

Introdução

O debate acerca de uma mídia independente é controverso e questionável. Como conceito, seu significado é relacional, isto é, não há uma essência determinada, assumindo compreensões diversas em contextos variados. Ainda assim, trata-se de termo que, por muito tempo, vem sendo disputado no campo da comunicação. Karppinen e Moe (2016) argumentam que seu uso é motivado, sobretudo, por uma necessidade de legitimação ao discurso jornalístico, sendo reivindicado, inclusive, pelas empresas hegemônicas de comunicação. Em face das múltiplas interpretações e usos possíveis, mostra-se necessário delimitar sobre qual mídia independente tratamos neste trabalho.

A noção de independência, assim como, as ideias de objetividade e imparcialidade figuram, ao longo da história, no discurso das grandes empresas de mídia e juntas constituem uma representação social da atividade e de seus profissionais. Esse acionamento, como já mencionado, não é ao acaso, pelo contrário, visa estabelecer um espaço privilegiado às narrativas jornalísticas enquanto verdade ou “realidade” dos fatos (Traquina, 2005). Em contraponto à reivindicação hegemônica do termo, estão os usos observados no campo da comunicação alternativa.

A partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (Capes, 2020), é possível notar dois grandes momentos de discussões sobre o tema no Brasil desde a virada do século: o primeiro marcado pela atuação do Centro de Mídia Independente (CMI) no país, por volta dos anos 2000; e outro atual, pautado pelas iniciativas de mídias nativas da rede que vêm surgindo e/ou ganhando visibilidade após as manifestações de junho de 2013.

Destarte, este trabalho integra o segundo momento, buscando entender as características – considerando o potencial e os limites – da ideia de mídia independente reivindicada por coletivos alternativos de comunicação. Entendemos que a mesma crítica feita à expressão comunicação alternativa – alternativa a quê? (Downing, 2002) – pode ser aplicada na mídia independente. Afinal, é independente em relação ao quê ou quem?

Tomando esta questão como central, nosso objetivo é tencionar a ideia de independência, discutindo as potencialidades e limitações colocadas aos coletivos que operam sob essa lógica. Compartilhamos a visão de Karppinen e Moe (2016) sobre a impossibilidade de uma independência absoluta, “em vez disso, qualquer mídia sempre terá que lidar com uma infinidade de diferentes tipos de restrições e influências externas” (p. 112)¹. Partindo das leituras de Heller (2011), podemos entender que o grau de influência dessas variáveis se relaciona diretamente com as condições materiais e simbólicas de um determinado período histórico, ou seja, fatores sociais, políticos e culturais são determinantes para ampliar ou restringir as possibilidades de uma mídia mais ou menos autônoma.

Ancorados na noção de hegemonia encontrada em Gramsci, este trabalho busca discutir a noção de independência com base nas articulações políticas e sociais estabelecidas pelo coletivo, dialogando diretamente com as ideias defendidas e, também, com os meios para sustentabilidade econômica. Para tal, tomamos como

¹ Trecho traduzido pelos autores. No original: “Instead, any media will always have to deal with a multitude of different types of constraints and external influences”.

sujeito de análise o coletivo Jornalistas Livres, criado em março de 2015 durante uma série de manifestações favoráveis e contrárias ao governo de Dilma Rousseff (PT). A iniciativa surge como uma resposta aos acontecimentos sócio-políticos do período, com o desejo de contrapor à cobertura empreendida pelos veículos tradicionais de comunicação (Jornalistas Livres, 2020, s/p).

Percebemos, a partir de Heller (2011), que o coletivo – assim como o movimento de mídia independente pós-2013 – deve ser compreendido como resultado de um processo histórico, mas também, como produtor dessa história. Esta perspectiva (marxista) marca o ponto de partida para as observações apontadas neste trabalho. A metodologia adotada baseia-se em pesquisas bibliográfica e documental, utilizando a análise do discurso francesa como instrumento analítico.

A vida de todos os homens

O cotidiano é o espaço no qual os seres humanos desenvolvem sua individualidade, sua personalidade, concomitantemente, em que apreendem o mundo (ou seja, sua realidade histórica e social). É a partir desse diálogo entre o particular e o universal que os sujeitos se orientam, se relacionam e agem de forma concreta. A mediação entre mundo e indivíduo não é feita apenas pelo cotidiano, mas também pela mídia, em uma “relação de mútuo condicionamento, ou mesmo determinação” (Cabral & Schneider, 2019, p. 139). Em outras palavras, podemos entender que os meios de comunicação cumprem um papel para a (re) produção ou transformação da estrutura social tal como ela se apresenta, assim como, as condições materiais dessa estrutura são determinantes para a configuração desses meios.

Destarte, trazemos os estudos sobre o cotidiano nesta pesquisa por dois motivos: a) ampliar nossa percepção sobre a vida cotidiana, vivida em suas potencialidades e limitações por todos – incluindo àqueles que buscam, seja pela comunicação ou por outros meios, contestar ou romper com as articulações sociais e ideológicas da classe dominante; b) refletir sobre as possibilidades de transformação social da realidade, com ênfase no campo da comunicação (alternativa). Faz-se necessário, primeiramente, que compreendamos como se articula o cotidiano, espaço no qual realizador e coletivo estão imersos.

Para Heller (2011, p. 31), “a vida cotidiana é a vida de todo o homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico.” Essa vida de todos os dias se apresenta de forma heterogênea e hierárquica, características fundamentais para uma compreensão (e uma vivência)

normalizada e para o funcionamento simultâneo das outras esferas da vida. São justamente estas características que impelem ao indivíduo participar da cotidianidade com todas as suas capacidades, de modo que nenhuma delas venha a realizar-se completamente, seja pela falta de tempo hábil ou pelas condições materiais de um dado período. Dessa forma, ainda segundo Heller (2011), o sujeito pode ser entendido como alguém com potenciais não desenvolvidos.

A percepção do indivíduo como um ser subdesenvolvido é apontada também (embora, com suas especificidades) nas obras do sociólogo Henri Lefebvre e do educador Paulo Freire. A desumanização do homem é uma verdade histórica, “não é, porém, destino dado, mas resulta de uma ordem injusta que gera violência dos opressores e esta, o ser menos.” (Freire, 2003, p. 30, grifo do autor). Tal desumanização, segundo o autor brasileiro, não se verifica apenas entre os oprimidos, mas também, ainda que de forma diferente, entre os opressores.

Já para Lefebvre, o surgimento desse cotidiano heterogêneo e hierárquico, que limita o desenvolvimento das potencialidades humanas, está diretamente relacionado ao estabelecimento da modernidade. A partir da obra do autor, Lacombe afirma que “o moderno instaura o domínio do homem sobre a natureza, sobre o mundo e sobre a própria vida, mas esse é um domínio alienado em que o homem se vê prisioneiro de sua própria dominação e de sua própria vida.” (2008, pp. 149-150, grifo nosso). O sociólogo francês chama atenção às irracionalidades observadas², que não se manifestavam nas altas esferas filosóficas, mas sim no cotidiano. Dessa forma, o moderno seria o lugar da tragédia, mas seria, simultaneamente, o espaço das possíveis virtualidades com vistas à superação da alienação.

Em sua crítica à vida cotidiana, Lefebvre explica que a alienação “significa e se dá como exploração e dominação do homem pelo homem (dimensão social e política) que transforma a liberdade possível em grilhões reais e concretos.” (Lacombe, 2008, p. 155). O poder de alguns seres humanos sobre outros, porém, não é igual em todas as épocas e nem atinge a todos da mesma forma (Heller, 2011), ou seja, o posto ocupado pelo indivíduo na sociedade, assim como, as condições materiais da mesma são determinantes para a oferta, restrição ou limitação das oportunidades.

Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos

² O autor refere-se aos acontecimentos relacionados à Segunda Guerra Mundial e ao Holocausto, principalmente.

indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção. Esse abismo não teve a mesma profundidade em todas as épocas nem para todas as camadas sociais (...) mas no capitalismo moderno, aprofundou-se desmesuradamente. (Heller, 2011, p. 58).

A alienação sempre existiu, mas para Lefebvre e Heller o fenômeno se intensificou profundamente com o desenvolvimento do capitalismo, passando a penetrar outras esferas da vida, onde ela não é necessária ou desejável. Isso significa que há campos nos quais a alienação é não apenas essencial para o seu funcionamento, como inevitável³. O problema reside na sua extensão para além desses limites, criando abismos em áreas cuja grandeza depende da suspensão da cotidianidade, como a ciência e as artes, por exemplo (Cabral & Schneider, 2019). Ou ainda, quando esta se estabelece de forma absoluta sobre a experiência cotidiana, de modo a impossibilitar alternativas ou inviabilizar uma margem de movimento ao indivíduo, como indica Heller (2011, p. 56):

Não há vida cotidiana sem espontaneidade, pragmatismo, economicismo, analogia, precedentes, juízo provisório, ultrageneralização, mimese e entonação. Mas as formas necessárias da estrutura e do pensamento da vida cotidiana não devem se cristalizar em absolutos, mas tem de deixar o indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação (...) se essas formas se absolutizam, deixando de possibilitar uma margem de movimento, encontramos-nos diante da alienação da vida cotidiana.

Embora propícia à alienação, a vida cotidiana não é necessariamente alienada. Isso significa que o abismo citado por Heller (2011) não é uma barreira intransponível. A partir de sua obra, podemos compreender que não há limites rígidos entre o pensamento cotidiano e aquele orientado a rompê-lo (ou contestá-lo), assim como, diversos tipos (e meios) de transição. Entretanto, a autora enfatiza que na vida mais ou menos alienada da maior parte dos homens o abismo sempre prevaleceu. Contudo, tanto Heller (2011), como Freire (2003) e Lefebvre (apud Lacombe, 2008) apontam em suas obras caminhos possíveis para uma tomada de atitude mais consciente da situação de alienação que atravessa (e delimita) a vida dos homens. Falaremos

³ "(...) na cotidianidade não é possível concentrar todas as energias em cada decisão (...) também seria absurdo, de nossa parte assumir conscientemente as consequências de uma escolha não praticada pelo indivíduo inteiro." (Heller, 2011, p. 42). O homem não teria como executar todas as suas atividades caso fosse refletir conscientemente sobre cada ação ou pensamento. A alienação mostra-se, dessa forma, necessária para que todos os homens sejam capazes de viver na cotidianidade.

brevemente sobre estes apontamentos e como podem relacionar-se com a comunicação.

No cotidiano observado por Lefebvre, os produtos da indústria cultural assumem um papel decisivo na cotidianidade, satisfazendo necessidades reais de sonho e fruição geradas por uma acentuada divisão de trabalho e um ritmo de produção acelerado. Em um texto escrito em 1991, o autor francês já apontava para o uso do consumo como ferramenta de estruturação (e programação) da vida cotidiana (apud Cabral & Schneider, 2019), esvaziando as possibilidades de emancipação e liberdade. Ao notar o poder potencial da cultura e dos meios de comunicação, Lefebvre alertou para a necessidade de uma revolução cultural, “como um ato de apropriação da vida na transformação dos elementos que definem e constituem o seu drama” (Lacombe, 2008, p.168).

Uma questão importante pontuada por Cabral e Schneider (2019), que também analisam a obra de Lefebvre, é o direcionamento dado aos produtos culturais da cotidianidade. Em outras palavras, o papel desempenhado pela cultura e pela comunicação não é ao acaso, ele visa atender necessidades de lucro e manutenção do poder da classe dominante. Uma perspectiva semelhante é defendida por Paulo Freire (2003), ao apresentar o sistema educacional formal⁴ como um impedimento à libertação dos homens e instrumento de (re) produção do sistema opressor. Podemos ampliar essa compreensão abarcando também a mídia, visto que nas sociedades capitalistas os sistemas de comunicação – especialmente os meios de massa – assumem uma função simbólico-ideológica bem próxima a dos sistemas educacionais.

Para Paulo Freire (2003), o caminho para o desenvolvimento das potencialidades dos homens – a libertação – está intimamente relacionado à aliança entre pensamento e práxis consciente, por meio de uma pedagogia emancipatória e popular desenvolvida junto ao povo. É no próprio processo de busca que o homem se recria e se liberta. Dessa forma, a comunicação é potencialmente uma aliada, se sua construção for baseada no diálogo horizontal entre os oprimidos. Não se pode libertar utilizando as mesmas estratégias e procedimentos empregados para dominar (Freire, 2003), mas deve-se buscar disputar as narrativas hegemônicas que circundam a ciência, a tecnologia e a cultura, por serem estas esferas da vida significativas à conformação (ou transformação) de estruturas e pensamentos de uma dada sociedade.

⁴ “Seria uma contradição se os opressores não só defendessem, como praticassem uma educação libertadora (...). Se, porém, a prática desta educação implica poder político e se os oprimidos não o têm, como então realizar a pedagogia do oprimido antes da revolução?” (Freire, 2003, p. 41).

Já Heller (2011), apesar de apontar duas variáveis possíveis para a superação da alienação – suspensão do cotidiano e condução da vida –, é mais pessimista quanto ao grau de afastamento da cotidianidade alcançável. Ciência e arte, para a autora, são as formas mais duradouras de elevar-se acima do cotidiano, porque a essência da arte traz consigo a “autoconsciência e memória da humanidade” (2011, p. 43), enquanto a ciência o faz por retirar de seu centro de análise o homem e a natureza. Isso significa que arte e ciência podem ser compreendidas como caminhos para a consciência do homem-genérico, suspendendo – ao menos temporariamente – a particularidade individual. No entanto, a própria imersão dos realizadores na vida cotidiana implica em determinadas mediações que afetam, em algum nível, a objetivação da produção⁵.

Neste sentido, embora seja impossível a qualquer pessoa viver permanentemente acima da cotidianidade, existe margem de movimento para que os sujeitos intervenham sobre o (e a partir do) cotidiano com o objetivo de se apropriarem dele, configurando o que Heller (2011) classificou como condução da vida. O sujeito que conduz a própria vida constrói a seu modo a hierarquia típica da cotidianidade, substituindo a muda coexistência entre genérico e particular pela tomada consciente de atitude nessa relação.

A condução da vida não pode se converter em possibilidade social universal a não ser quando for abolida e superada a alienação. Mas não é impossível empenhar-se na condução da vida mesmo enquanto as condições gerais econômico-sociais ainda favorecem a alienação. Nesse caso, a condução da vida torna-se representativa, significa um desafio à desumanização. (Heller, 2011, p. 61).

A noção proposta pela autora reconhece as possibilidades presentes no cotidiano, tomando este como um espaço não necessariamente alienado, que deixa ao indivíduo uma margem de movimento. Contudo, a condução da vida, tal como apresentada pela autora, converte-se em uma ação de transformação parcial visando mais a própria existência (e resistência) do que uma transformação ampla da sociedade. Esse dispositivo é, portanto, uma tática individual ou de pequenos grupos e não uma solução universal ou revolucionária.

⁵ Heller compreende que para suspender-se acima da cotidianidade, é necessária a homogeneização do cotidiano, o que exige “por um lado, que concentramos toda nossa atenção sobre uma única questão e ‘suspenderemos’ qualquer outra atividade durante a execução da anterior tarefa; e, por outro lado, que empregamos nossa inteira individualidade humana na resolução dessa tarefa” (2011, pp. 43-44). Ela complementa apontando ser necessário ainda dissipar a particularidade individual, por meio de uma escolha consciente e autônoma do indivíduo.

Por caminhos diferentes, Heller, Lefebvre e Freire buscaram afirmar o cotidiano como um espaço complexo de mediação entre o homem e o mundo (social e histórico), marcado por constantes disputas. O sujeito não é manipulado pelas estruturas e pensamentos da vida cotidiana, tampouco age à parte de sua cotidianidade. É nessa vida de todos os dias, vivida de forma impensada, mas, igualmente, central da perspectiva histórica, que sujeito e mundo se interpretam e (res) significam mutuamente.

As discussões sobre a temática do cotidiano aqui trazidas buscam delimitar que há uma estrutura material que condiciona potencialidades e limitações, que abarca todos os homens, incluindo os realizadores de projetos que se pretendem contestadores ou opositores à ordem dominante, como a mídia independente, por exemplo. Os coletivos de comunicação estão imersos em uma cotidianidade complexa, com formas de organização e pensamento suscetíveis à alienação, marcada por disputas, mas que também oferta uma margem de movimento alternativa e possível.

Mídia, hegemonia e oposição

Como mencionados anteriormente, a vida cotidiana é pautada por constantes disputas de poder que se dão – na abordagem marxista – em dois níveis: o material e o simbólico ou, nos termos utilizados nas obras de Marx e seus sucessores, estrutura (ou base) e superestrutura. O primeiro trata de tudo que se relaciona com as forças de produção, como os meios para produzir e os próprios trabalhadores. Já o segundo, pode ser percebido como o aparato ideológico, político e jurídico, construído (e constantemente reconstruído) pela classe que detêm o poder (Williams, 2011).

Ao analisar os embates pela hegemonia, Gramsci distingue duas esferas no interior das superestruturas. A primeira é representada pela sociedade política, conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle dos grupos burocráticos unidos às forças armadas e policiais e à aplicação das leis (...). A outra esfera é a sociedade civil, que designa o conjunto de instituições responsáveis pela elaboração e propagação de ideologias enquanto concepções de mundo, compreendendo o sistema escolar, a igreja, os partidos políticos (Moraes, 2010, p. 57).

O termo hegemonia apareceu pela primeira vez em um texto jornalístico assinado por Lênin em 1905, mas foi nas obras do filósofo italiano Antônio Gramsci que ele ganhou centralidade e destaque (Gruppi, 1978). Para ele, a conquista (e

conservação) de hegemonia não se dá pela simples coerção ou manipulação ideológica, mas se desenvolve em níveis mais profundos por meio da construção de consensos. Dessa forma, a chegada de uma classe ao poder está diretamente ligada a sua capacidade de liderar, política e culturalmente, os anseios coletivos.

Dênis de Moraes, um dos maiores estudiosos do pensamento de Gramsci, aponta que os embates pela hegemonia “comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade” (2010, p. 55). Constitui, assim, um sentido de realidade, “sentido absoluto por se tratar de uma realidade vivida além da qual se torna muito difícil para a maioria dos membros da sociedade mover-se, e que abrange muitas áreas de suas vidas” (Williams, 2011, p. 53).

Contudo, é necessário enfatizar que esse processo não pode ser compreendido como simples manipulação ideológica. A hegemonia não é única; sua própria estrutura é complexa e precisa ser renovada, recriada e defendida de forma contínua. A visão hegemônica faz concessões a concepções alternativas, absorve crises e possíveis contestações, adaptando-se de modo a preservar sua existência (Williams, 2011).

Essas disputas de sentido, segundo Gramsci (2000), ocorrem na sociedade civil, com destaque ao papel decisivo desempenhado pelos meios de comunicação. Sob a influência de classes, instituições e elites hegemônicas, a imprensa apresenta-se como uma organização voltada a manter, defender e desenvolver a base teórica e ideológica do bloco dominante:

(...) o jornal burguês (qualquer que seja sua cor) é um instrumento de luta movido por idéias e interesses que estão em contraste com os seus. Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma idéia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora (...) E, de fato, da primeira à última linha, o jornal burguês sente e revela esta preocupação. E não falemos daqueles casos em que o jornal burguês ou cala, ou deturpa, ou falsifica para enganar, iludir e manter na ignorância o público trabalhador. (Gramsci, 2005, s/p).

No artigo publicado originalmente em 1916, Gramsci tentava alertar os operários sobre o financiamento indireto (através da compra) dos jornais burgueses. Na visão do filósofo, de forma impensada os trabalhadores ofertavam um projétil a ser lançado “no

⁶ Gramsci cita a imprensa, especificamente, porque esta era o principal meio de comunicação de sua época.

momento oportuno, contra a massa operária.” (Gramsci, 2005, s/p). Ao escolher determinadas concepções de mundo em detrimento de outras; ao divulgar um assunto e silenciar outros, a mídia escolhe e marca um posicionamento político e ideológico que tende a atender às necessidades e interesses da classe dominante, à qual seus dirigentes estão intimamente ligados.

Gramsci acreditava que o proletariado poderia ascender à classe dirigente por meio do trabalho intelectual no partido e no movimento social; através de um trabalho de formação crítica das classes subalternas e formação de lideranças entre a própria massa. Os jornais do partido e/ou aliados tinham papel decisivo na difusão de ideias, na criação de alianças e na formação pedagógica (e política) dos trabalhadores. Para ele, o proletariado poderia não apenas chegar ao poder, mas construir uma hegemonia da classe.

Gramsci nos faz ver que a hegemonia não é uma construção monolítica, e sim o resultado das medições de forças entre blocos de classes em dado contexto histórico. Pode ser reelaborada, revertida e modificada, em um longo processo de lutas, contestações e vitórias cumulativas. (Moraes, 2010, p. 73).

O conceito de contra-hegemonia é posterior a Gramsci, aparecendo pela primeira vez nas obras de Raymond Williams na década de 1970. Enquanto o filósofo italiano defende uma hegemonia do proletariado, Williams argumenta que, mesmo sem alcançá-la, os homens existem e resistem dentro da estrutura dominante por meio de ações e ideias alternativas ou contestadoras: Para o autor, existe uma diferença teórica simples entre o alternativo e o opositor, isto é, “entre alguém que meramente encontra um jeito diferente de viver e quer ser deixado só e alguém que encontra uma maneira de viver e quer mudar a sociedade.” (Williams, 2011, p. 58).

Em outras palavras, o alternativo visa mudanças de ordem parcial ou individual, apesar de ter em sua existência o potencial de inspirar e ser precedente de transformações secundárias mais amplas. Já o opositor, caracteriza-se, sobretudo, pelo dissenso, por instaurar o contraditório e questionar ideias e ações que, até então, pareciam uníssonas e estáveis. A estrutura hegemônica é constantemente tencionada (e disputada) pelo opositor em busca de transformações sociais mais amplas.

Nas sociedades ocidentais, de acordo com Muniz Sodré (2005), as instituições midiáticas assumem protagonismo nos embates pela hegemonia. Se na primeira metade do século passado, Gramsci (2005) já alertava para o poder potencial da

imprensa para a formação (e manutenção) das estruturas sociais, hoje essa reflexão se faz ainda mais urgente com a inserção cada vez mais intensa das mídias no cotidiano das pessoas. Os meios de comunicação assumem na atualidade um papel tão importante quanto outrora era destinado à família, a escola ou a igreja.

Em oposição ao caráter empresarial das comunicações no Brasil, cada vez mais centralizada e atrelada às elites econômicas⁷, diversas iniciativas apresentam-se como uma alternativa a esse sistema. O termo (comunicação alternativa) pode ser percebido como um grande guarda-chuva (Costa, 2010), sob o qual estão diversos outros tipos de mídia de caráter contra-hegemônico, como os grupos comunitários, populares, independentes e tantos outros. Importante pontuar que o debate acerca destes conceitos não é objeto deste trabalho⁸.

#JornalistasLivres

A ânsia por definições se choca com a variedade e inconstância das iniciativas de mídia que reivindicam o termo independente. Nossa maior preocupação é não tomar um único caso como representativo do todo, por isso, ressaltamos que nossa análise, ainda em estágio inicial, é centrada em um sujeito específico: o coletivo Jornalistas Livres. Trata-se aqui de entender como a ideia de independência é construída no (pelo) projeto. Para tanto, utilizamos o levantamento documental como método e adotamos a análise de discurso francesa como instrumento analítico.

A análise de discurso de vertente francesa (AD) investiga as marcas ideológicas da linguagem materializadas nos discursos, revelando os sentidos ocultos que os sujeitos falantes produzem. De acordo com Orlandi (2010), aquilo que está verbalizado, seja na oralidade ou na escrita, não revela literalmente o que está sendo dito. Para que o não dito seja identificado e compreendido, faz-se necessária uma análise aprofundada, a partir do que está dito, a fim de estabelecer relações com o contexto no qual foi produzido. Assim, na operação de análise, o analista tem a função tácita de desmontar o objeto discursivo para saber como foi montado e identificar as condições de produção do mesmo. Esse movimento analítico, segundo Orlandi (2010), é realizado

⁷ A descentralização midiática é um desafio, sobretudo, nas sociedades modernas em face às grandes empresas transnacionais, que ultrapassam as fronteiras controlando mercados globais, o que representa um grave risco a pluralidade de vozes. Outro perigo é a concentração de recursos em escala global, que transformam poucas empresas em verdadeiros impérios midiáticos. No Brasil, o mapeamento mais recente sobre o tema revelou que apenas quatro grupos respondem por 70% da audiência na televisão aberta. O estudo está disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/>. Acesso em: 19/09/2020.

⁸ Ver a respeito em Peruzzo (2008); Downing (2002); Grinberg (1987).

em três etapas: 1) o texto (superfície linguística); 2) a formação discursiva (objeto discursivo); 3) formação ideológica (processo discursivo). São esses procedimentos que adotamos na análise do coletivo Jornalistas Livres.

O Jornalistas Livres foi criado em março de 2015, durante uma série de manifestações contrárias e favoráveis ao governo da então presidente Dilma Rousseff. A proposta, liderada por jornalistas, era fazer uma cobertura diferente daquela empreendida pelos veículos tradicionais de mídia, abrindo espaço para que as pessoas fossem ouvidas. Para Carolina Trevisan, em um vídeo que explica como surgiu o coletivo (Jornalistas Livres, 2015, s/p), o grupo "queria ter gente na manifestação no chão, que pudesse contar o que estava acontecendo de verdade ali, quem eram aquelas pessoas presentes, quais eram as reivindicações, que tipo de pauta estava sendo pedida." O coletivo esteve presente tanto nas manifestações que reivindicavam a saída da ex-presidente Dilma, como nas que defendiam sua permanência.

Contudo, não podemos tomar a presença em ambos os eventos como uma tentativa de imparcialidade ou neutralidade por parte do coletivo, muito pelo contrário. A ideia de independência construída parece estar relacionada muito mais à transparência do que a não existência de uma opinião (ou posicionamento) política. É importante observar que, entre os primeiros vídeos publicados no canal do coletivo no Youtube, estão coberturas satíricas⁹ dos atos a favor do impeachment e entrevistas com pessoas que integram partidos políticos de esquerda¹⁰.

Problematizar o grau de influência dos atores políticos no trabalho desenvolvido mostra-se fundamental e reconhecemos que, nesse primeiro ensaio, revela-se uma limitação¹¹. Contudo, as discussões realizadas até aqui nos permitem afirmar não ser possível a prática de uma comunicação absolutamente isenta ou neutra, apesar do discurso de imparcialidade ser um dogma repetido à exaustão por muitos veículos. A

⁹ Os vídeos produzidos sobre os atos favoráveis ao impeachment usam elementos narrativos que ora comparam o evento às marchas conservadoras de 1964, ora ironizam as contradições de reivindicações entre os participantes. Chamou-nos atenção o vídeo nomeado "Coração Vermelho", em razão dos elementos discursivos de sátira e ironia utilizados. O vídeo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M318tRK07kw>. Acesso em: 05/09/2019.

¹⁰ Personalidades como Marcelo Freixo (Psol), Fernando Haddad (PT) e Jandira Feghali (PCdoB) integram uma série de entrevistas realizadas em 2015 como parte de uma campanha pela democratização dos meios de comunicação e defesa da mídia livre. Disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=5haDcVA4qho>; <https://www.youtube.com/watch?v=5131JF7dzo>; https://www.youtube.com/watch?v=_8mPDXYksJM. Acesso em: 19/09/2020.

¹¹ Acreditamos que as pesquisas bibliográfica e documental, utilizadas neste trabalho, não dêem conta de abarcar a complexidade desse tipo de investigação. Pretende-se, nos passos seguintes a este artigo, a realização de entrevistas e observação participante, que nos permitirão analisar essa questão com profundidade.

neutralidade não costuma ser um princípio perseguido pela mídia independente (Bastos & Costa, 2018), o que não significa que esta esteja, necessariamente, atrelada a grupos e/ou atores políticos. Uma postura comum observada nesse tipo de coletivo é justamente a (busca pela) ausência de vínculos institucionais com empresas, governos ou partidos.

Ao contestar as ideias de imparcialidade, neutralidade e objetividade, o coletivo Jornalistas Livres nega, conseqüentemente, um suposto afastamento entre os realizadores e as narrativas construídas. Ademais, distancia-se ainda do posicionamento corriqueiro adotado pelos veículos hegemônicos, assumindo ser inalcançável ao sujeito que atua na cobertura anular sua individualidade e seu cotidiano. Afirmar tal implicação não denota, necessariamente, abertura ao subjetivismo, mas demarca para o público que coletivo e realizador possuem um lado. Em outras palavras, a independência reivindicada por esse tipo de iniciativa baseia-se, principalmente, no princípio de transparência.

(...) não observamos os fatos como se estivéssemos deles distantes e alienados. Sabemos que a mídia, o jornalismo e os jornalistas interferem diretamente naquilo que documentamos, reportamos e interpretamos. Não nos anulamos, não nos apagamos das fotografias, não nos escondemos atrás dos fatos para manipulá-los. Nos assumimos como participantes ativos dos fatos que reportamos. Participamos da realidade como cidadãos e cidadãs movidos pelo interesse coletivo: transparentes, francos, abertos, democráticos (Jornalistas Livres, 2020, s/p)

Segundo a concepção proposta por Thompson, “formas simbólicas contestatórias não são ideológicas” (2011, p. 90), isto porque, ele entende que a ideologia “é, por natureza, hegemônica, no sentido de que ela, necessariamente, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, com isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes” (2011, pp. 90-91). A partir disso, podemos inferir que, ao abrir espaço para temas e personagens silenciados ou criminalizados, se pretende questionar a estrutura dominante, oferecendo histórias e olhares alternativos àqueles apresentados nas (pelas) grandes empresas de comunicação¹².

¹² O grupo apresenta-se como “uma rede de coletivos originada na diversidade”, que existe “em contraponto à falsa unidade de pensamento e ação do jornalismo praticado pela mídia tradicional centralizada e centralizadora.” (Jornalistas Livres, 2020, s/p).

Silva (2017), que estuda os modelos de organização e financiamento adotados pelas iniciativas independentes, nos chama atenção ao tipo de cobertura empreendida pelo coletivo Jornalistas Livres. Enquanto a maior parte dos projetos se desenvolve a partir de uma temática específica, o grupo trabalha a partir de uma agenda mais próxima à convencional, com temas amplos e representativamente nacionais. Em seu site, eles apresentam-se como uma rede de colaboradores em defesa da democracia e dos direitos humanos.

O Jornalistas Livres se articula a partir de uma rede formada por diversos grupos de trabalho em vários estados do país. De acordo com o último levantamento encontrado (Silva, 2017), cerca de 150 pessoas, entre colaboradores fixos e esporádicos, participam do coletivo. Entre os realizadores, há jornalistas, publicitários, produtores culturais, ativistas, membros de movimentos sociais e etc. Em um manifesto de apresentação, disponível no site, o coletivo afirma que a independência defendida não se coloca como neutralidade, mas sim por meio da transparência e diversidade:

(...) temos lado (cada uma de nós tem seus próprios lados). Individualmente, não somos neutros, isentos, apartidários, brancos ou nulos. Nossa pluralidade é resultado do agrupamento de todos nós, não da ruptura interna de nossos corpos e mentes individuais. (Jornalistas Livres, 2020, s/p).

A tática discursiva dos Jornalistas Livres, de acordo com as definições propostas por Williams (2011) tem caráter opositor, isto porque, visa contrapor à visão hegemônica objetivando mudanças estruturais na sociedade. Silva (2017) observa que a agenda do coletivo se alinha à agenda dos movimentos sociais, produzindo narrativas alternativas (opositoras) na intenção de romper silenciamentos e questionar reducionismos (e criminalizações). Para tal, adota a contrainformação como principal estratégia, explicada por Lopes (2010) como:

A informação cujo sentido contrapõe grupos de interesses e/ou conjuntos de ideias, com objetivos de desvendar, denunciar, desmascarar, desmoralizar, enfraquecer ou aniquilar os oponentes, ou romper silenciamentos e apagamentos sobre certos temas, esclarecer controvérsias e oferecer pontos de vista alternativos ou antagônicos ao discurso dominante veiculado pelos meios de comunicação de massa. (pp. 331-332).

Considerando o número de participantes, a abrangência – territorial e temática – do conteúdo, o alcance nas redes e a sustentabilidade financeira, podemos apontar o

Jornalistas Livres, na atualidade, como um dos principais coletivos de mídia independente do país. Ainda assim, há que se pensar no que significa sua sobrevivência exclusivamente online. Nesse cenário, se faz necessário o reconhecimento das possibilidades despertadas pelo barateamento dos dispositivos (celulares, máquinas semiprofissionais, tablets e etc.) e, sobretudo, pela internet para a emergência dessas ações. Porém, o uso da rede pela mídia independente parece equilibrar-se entre potência e limitação.

A potência se reflete nas facilidades de produção e difusão de conteúdo, infinitamente mais acessíveis (técnica e financeiramente) do que se comparados aos canais tradicionais – TV, rádio e impresso. As redes virtuais também favorecem uma gestão mais horizontal e colaborativa, além da potencial repercussão que, em alguns casos, ultrapassa os grupos de interesse. Foi o que aconteceu em 2013, quando vídeos, relatos e imagens das manifestações se espalharam pelos sites de redes sociais, alcançando pessoas de segmentos heterogêneos da sociedade. Sobre esse fenômeno, Peruzzo (2013, pp. 88-89) complementa: casa pessoa “com celular conectado à internet pode gravar, interpretar e difundir, até em tempo real, o que se passava em praça pública. Essa contrainformação é fundamental no processo de mobilização e conscientização da população.”

Entretanto, por questões técnicas ou financeiras, são raros os coletivos que conseguem ultrapassar a atuação virtual. Parte dos realizadores acredita que essa existência exclusivamente online seja um limitador: “o que se pode fazer para levar a comunicação independente até as classes populares, até a parcela da população que não tem acesso à internet ou o tem de forma precária?” (Bastos & Costa, 2018, p. 291). Além disso, é necessário, ao menos, mencionar o impacto dos algoritmos, a ação de robôs, a configuração de filtros por empresas e pelos próprios usuários, a compra de dados pessoais e a publicidade, que são decisivas para que um determinado conteúdo ou site tenha ou não sucesso na rede, isto é, seja ou não visto, acessado. Este debate é amplo e necessário, por isso, apesar de não figurar entre os objetivos deste artigo, é fundamental que façamos tais indicações.

Por fim, trazemos as discussões sobre o financiamento desse tipo de projeto, questão que se revela um desafio ao surgimento e manutenção de tais iniciativas, ocupando um papel central no debate sobre a independência almejada por esses coletivos. O modelo de gestão adotado pela mídia independente não objetiva o lucro, mas sim a sustentabilidade econômica das atividades, podendo ou não haver

remuneração dos atores envolvidos na produção. A jornalista Natalia Viana (2018)¹³, que atua na Agência Pública, argumenta que esse modelo de negócio tem sido capitaneado por profissionais reconhecidos no mercado da comunicação como uma alternativa às grandes empresas e à redução de vagas nas redações tradicionais.

Contudo, não podemos compreender a mídia independente apenas como um mercado paralelo para os profissionais de mídia. Pelo contrário, podemos observar a existência de iniciativas diversas (Bastos & Costa, 2018; Figaro, 2018), pautadas pela compreensão da comunicação como um espaço potencial de disputas e transformações estruturais na sociedade.

Como mencionado anteriormente, o Jornalistas Livres é um projeto, originalmente liderado por jornalistas, mas que hoje conta com participantes de vários campos profissionais. Todos os colaboradores atuam de forma voluntária, não havendo qualquer tipo de remuneração pelo trabalho realizado no coletivo. Desde sua criação até o momento, a iniciativa sobrevive por meio de um financiamento coletivo via Catarse¹⁴, que arrecadou cerca de R\$ 130 mil. Tais recursos têm sido destinados à compra de equipamentos, manutenção do site e viagens para coberturas jornalísticas especiais. O coletivo tinha uma sede física na cidade de São Paulo (SP), que foi entregue em 2018 para reduzir despesas. As pessoas que participam da campanha de financiamento estão listadas no site do coletivo. Entre os apoiadores, não figura o nome de políticos, partidos, empresas ou instituições governamentais.

Considerações finais

Pretendemos, ao longo deste trabalho, mostrar como a noção de mídia independente não pode ser vista como um conceito dado, com características e definições fechadas. Deve, pelo contrário, ser compreendida como algo relativo em função das condições e acontecimentos históricos de seu tempo. A ideia de independência associada à mídia é controversa e contestada por profissionais e pesquisadores da área de comunicação em razão da impossibilidade de uma independência absoluta.

De fato, a realidade material (histórica e social) experimentada pelos sujeitos, como argumentamos neste trabalho, modifica a sua forma de ser e estar no mundo.

¹³ Jornalista Natalia Viana em entrevista ao Canal Futura, disponível em: <https://youtu.be/OK0MNnCA3Kw>. Acesso em: 19/09/2020.

¹⁴ A campanha de financiamento está disponível em: <https://www.catarse.me/jornalistaslivres>. Acesso em: 19/09/2020.

Dessa forma, não poderiam os colaboradores e os próprios coletivos serem totalmente independentes, isto é, não poderiam existir sem estabelecer algum tipo de relação com a estrutura social e de pensamento do período histórico em que vivem. Podemos entender que ambos (coletivo e realizador) são atravessados por uma lógica específica de seu tempo e espaço, assim como, também irão atravessar e inscrever-se em uma realidade histórica.

Contudo, o que buscamos elucidar neste trabalho é uma compreensão específica do termo (mídia independente), relacionando-o a um tipo de iniciativa que se configurou no contexto das manifestações populares de 2013 no Brasil. O momento de tensão política e social favoreceu o despertar desses atores para situações de injustiças levando-os a empreender ações com vistas a transformar, de alguma forma, a sociedade. Ainda que tenham um alcance limitado, a existência dessas iniciativas é fundamental na luta por mais pluralidade na mídia.

A partir do observado, podemos afirmar que não há uma mídia independente uníssona, mas sim um conjunto amplo e diverso que reivindica o uso do termo – em grande parte – como uma tentativa de afastar-se (e diferenciar-se) dos grupos hegemônicos de comunicação. Ao olharmos para o coletivo Jornalistas Livres, percebemos que a noção de independência construída pelo coletivo sustenta-se, principalmente, no princípio (e prática) de transparência. Além disso, há uma preocupação e esforço em não deixar-se atrelar a instituições ou pessoas que possam comprometer sua liberdade editorial.

Por fim, reconhecemos que as discussões propostas neste artigo são amplas e complexas, sendo um desafio tecê-las neste curto espaço. Nosso objetivo é aprofundar o debate aqui iniciado nas próximas etapas da pesquisa, aprofundando o tensionamento à ideia de independência. Por ora, este trabalho nos serve de direcionamento a diversas questões a serem, futuramente, investigadas.

Referências

- Bastos J. & Costa F. (2018). Mídia independente: atuação e desafios de sobrevivência na cobertura de manifestações no Rio de Janeiro. In: Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Cotidiano (Eds.) Anais do VII Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Cotidiano (p. 184). Niterói, Brasil: PPGMC.
- Cabral F. & Schneider M. (2019). O exercício do tear: a articulação entre economia política da comunicação e os estudos culturais latino-americanos na pesquisa em

- Mídia e Cotidiano. Revista Eptic, v.21, n.2. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/11507>. Acesso em: 19/09/2020.
- CAPES (2020). Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>. Acesso em: 19/09/2020.
- Costa C. (2010). Comunicação Alternativa. In: Enciclopédia INTERCOM de Comunicação (Vol. 1, p. 238). São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.
- Downing J. (2002) Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo, SP: Ed. Senac.
- Fíguro R (Ed.). (2018). As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia. São Paulo: ECA-USP.
- Freire P. (2003). Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Gramsci A. (2000). Cadernos do cárcere - Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.3.
- Gramsci A. (2005). Os jornais e os operários. Marxists Internet Archive. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>. Acesso em: 19/09/2020.
- Gruppi L. (1978). O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Heller A. (2011). O Cotidiano e a História. São Paulo: Paz e Terra.
- Jornalistas Livres (2020). Site da organização. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/>. Acesso em: 19/09/2020.
- Jornalistas Livres (2015). Seja Jornalista Livre. [Vídeo]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=13&v=qLmfVUvvsfs. Acesso em: 19/09/2020.
- Karppinen K. & Moe H. (2016). What we talk about when talk about "media independence". Javnost: The Public, v. 23, nº 2, p. 105–119. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/13183222.2016.1162986>. Acesso em: 19/09/2020.
- Lacombe M. (2018). Os fundamentos marxistas de uma sociologia do cotidiano. Revista Outubro, v. 17, pp. 145-172. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-17-Artigo-05.pdf>. Acesso em: 19/09/2020.
- Lopes S. (2010). Contrainformação. In: Enciclopédia INTERCOM de Comunicação (Vol. 1, pp. 331-332). São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

- Moraes D. (2010). Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. Dossiê Comunicação e Política. Revista Debates, v.4, n.1. pp. 54-77. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.12420>. Acesso em: 19/09/2020.
- Orlandi E. (2010). Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes Editora.
- Peruzzo C. M. K. (2013). Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”(?). Matrizes, v.7, n. 2, pp. 73-93. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v7i2p73-93>. Acesso em: 19/09/2020.
- Silva M. (2017). Tensões entre o alternativo e o convencional: organização e financiamento nas novas experiências de jornalismo no Brasil. Dissertação de mestrado, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Brasil.
- Sodré M. (2005). Por um conceito de minoria. In: Paiva R. & Barbalho A. (Orgs.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus.
- Thompson J. B. (2011). Ideologia e Cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes.
- Traquina N. (2005). Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, v. 2.
- Williams R. (2011). Cultura e materialismo. São Paulo: Unesp.

ABSTRACT:

This article addresses the independent media after the 2013 demonstrations in Brazil, taking as object of analysis the notion of independence built by the collective Jornalistas Livres (Free Journalists) in their daily lives, understood here as central to the social structures (re) production and change, in order to to understand how communication is inscribed in the conquest, maintenance and dispute of hegemony. It is understood here that an independent media is not unique, assuming, on the contrary, different meanings in several contexts. Our objective give focus to the idea of independence, discussing potentialities and limitations to the initiatives that operate under this logic. Anchored in a critical and dialectical perspective, we established as methodological procedures the bibliographic review, documentary survey and discourse analysis.

KEYWORDS: Independent Media; Everyday Life; Free Journalists; Counter-hegemony; Alternative communication.

RESUMEN:

Este artículo trata de los medios independientes después de las manifestaciones de 2013 en Brasil, tomando como objeto de análisis la noción de independencia construida por el colectivo Jornalistas Livres (Periodistas Libres) en su vida cotidiana, entendida aquí como central para la (re)producción y cambio de las estructuras sociales, con el fin de comprender cómo se inscribe la comunicación en la conquista, mantenimiento y disputa de la hegemonía. Aquí se entiende que un medio independiente no es único, suponiendo, por el contrario, diferentes significados en variados contextos. Nuestro objetivo trata en especial la idea de independencia, discutiendo las potencialidades y limitaciones de las iniciativas que operan bajo esta lógica. Anclados en una perspectiva crítica y dialéctica, establecimos como procedimientos metodológicos la revisión bibliográfica, la encuesta documental y el análisis de discurso.

PALABRAS-CLAVES: Medios independientes; Vida cotidiana; Periodistas Libres; contra-hegemonía; Comunicación alternativa.